

Copa do Mundo: veja como fica o direito à folga com os jogos à noite da seleção

A Copa do Mundo de Futebol de 2026 começou oficialmente nesta quinta-feira, 11 de junho, mas os torcedores já estão atentos a uma questão que tradicionalmente mobiliza empresas, repartições públicas e trabalhadores: haverá folga ou liberação do expediente nos dias de jogos da seleção brasileira?

Para os trabalhadores, a primeira notícia é relativamente tranquila: os três jogos do Brasil na fase de grupos acontecerão à noite, fora do horário comercial tradicional da maior parte das empresas.

A seleção estreia no sábado contra o Marrocos às 19h, (horário de Brasília), enfrenta o Haiti na sexta-feira (19) às 22h e encerra sua participação na primeira fase diante da Escócia na quarta-feira (24) às 19h.

Essa programação pode diminuir os decretos de ponto facultativo e liberações antecipadas de expediente, comuns em Copas anteriores realizadas em fusos horários comerciais. **Ainda assim, trabalhadores que atuam em turnos noturnos, comércio, transporte,**

saúde e serviços essenciais poderão depender de acordos específicos com seus empregadores para acompanhar as partidas.

Do ponto de vista legal, não existe no Brasil um direito automático à folga em dias de jogos da seleção. A dispensa do trabalho depende de decisão da empresa, acordo coletivo, convenção sindical ou, no caso do serviço público, de eventuais atos administrativos que estabeleçam horários especiais de expediente.

Para os trabalhadores portanto, a primeira fase deverá causar impacto reduzido na rotina profissional. Mas, se a seleção confirmar o favoritismo e avançar às fases decisivas, a discussão sobre folgas, ponto facultativo e liberação antecipada do expediente deve retornar.

Brasil líder do grupo pode ter jogo eliminatório à tarde

O cenário pode mudar caso a seleção avance para o mata-mata. Dependendo da definição final da tabela dos confrontos eliminatórios, partidas da segunda fase poderão ocorrer em horários mais

próximos do período da tarde ou do início da noite no Brasil, aumentando a possibilidade de flexibilização de jornadas por parte de empresas e órgãos públicos.

Além disso, à medida que a seleção avançar na competição, cresce historicamente a pressão social para liberações antecipadas de expediente, especialmente em oitavas, quartas de final, semifinais e eventual decisão do título.

Segundo o chaveamento divulgado pela FIFA, se o Brasil terminar em primeiro lugar do Grupo C enfrentará o segundo colocado do Grupo F, formado por Holanda, Japão, Tunísia e o vencedor da repescagem europeia disputada por Ucrânia, Suécia, Polônia e Albânia.

Tabela dos jogos do Brasil na primeira fase

13 de junho - 19h

Brasil x Marrocos
Nova Jersey (EUA)

19 de junho - 22h

Brasil x Haiti - Filadélfia (EUA)

24 de junho - 19h

Brasil x Escócia - Miami (EUA)



CDE aprova calendário de mobilização e reforça defesa da negociação coletiva

Entre os encaminhamentos estão a convocação de plenária estatutária, encontros setoriais e ações em defesa dos direitos dos servidores

[Matéria em condsef.org.br/noticias](https://condsef.org.br/noticias)



PEC de “autonomia” do BC ameaça geração de empregos e o crescimento da economia

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 65, aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, nessa quarta-feira (10), e que aguarda análise do plenário da Casa, tem mobilizado críticas de entidades sindicais, economistas e representantes dos servidores públicos.

A medida vai muito além de uma simples mudança administrativa no Banco Central (BC): ela pode reduzir o controle do Estado sobre uma das instituições mais estratégicas do país, ampliar a influência do mercado financeiro sobre a política monetária e retirar recursos que hoje poderiam ser destinados a políticas públicas.

A vice-presidenta da CUT Nacional e presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, tem manifestado preocupação com os efeitos da proposta sobre a economia e a sociedade. Para ela, os defensores da PEC, que chamam a proposta de autonomia do BC e a defendem como algo positivo, na verdade, querem distanciar o povo brasileiro do verdadeiro significado do que a instituição representa para o país.

O diretor jurídico da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Edison Cardoni, também alerta sobre os efeitos negativos para a classe trabalhadora. Na avaliação do dirigente, a consequência prática dessa mudança pode ser sentida diretamente pelos trabalhadores. Isso porque recursos que atualmente retornam para o Estado deixariam de contribuir para o financiamento de programas públicos e para a redução do endividamento nacional.

Outro ponto criticado pelos dirigentes sindicais é o de que a discussão tem sido apresentada de forma excessivamente técnica, dificultando a compreensão da população sobre os reais impactos da medida. A PEC não trata apenas de autonomia administrativa do Banco Central, mas de uma mudança estrutural que altera a relação da instituição com o Estado brasileiro.

Debate sobre o Pix

Entre os argumentos utilizados para justificar a aprovação da PEC está a necessidade de garantir recursos para a manutenção de serviços como o Pix. No entanto, essa associação não encontra respaldo técnico.

Na avaliação do dirigente, a proteção do sistema de pagamentos instantâneos depende de financiamento adequado ao Banco Central, algo que poderia ser garantido sem necessidade de alterar a Constituição. Para ele, a melhor maneira de proteger o Pix é o Banco Central continuar sendo uma autarquia vinculada à administração pública federal e receber os recursos necessários para cumprir suas atribuições.

O papel do Banco Central

O governo federal apresentou alternativas para resolver eventuais problemas orçamentários da instituição sem promover mudanças estruturais na natureza jurídica do BC. A proposta governamental previa reconhecer um orçamento próprio para o Banco Central, mantendo-o, porém, dentro da administração pública federal. A alternativa não foi aceita pelos defensores da PEC.

Para o dirigente, uma instituição excessivamente influenciada pelos interesses do mercado financei-

ro tende a privilegiar políticas voltadas exclusivamente para o controle inflacionário, deixando em segundo plano preocupações relacionadas ao crescimento econômico e à geração de empregos.

Um dos principais pontos críticos é a tentativa de desvincular o Banco Central da estrutura tradicional da administração pública federal. Atualmente, mesmo com autonomia operacional garantida por lei, o BC continua sendo uma autarquia federal submetida a regras de direito público e a mecanismos de fiscalização e controle institucional.

Pressa para aprovar

Outro aspecto criticado da proposta é a insistência de seus defensores em acelerar a tramitação da PEC. O texto já passou por diversas reformulações desde sua apresentação, mas que o discurso favorável à aprovação imediata permaneceu o mesmo ao longo de todo o processo.

Segundo ele, a pressão pela votação aumentou logo após a aprovação simbólica na CCJ. Parlamentares favoráveis à proposta passaram a defender sua rápida inclusão na pauta do plenário, o que reforçou a preocupação das entidades contrárias ao projeto.

Embora a autoria formal seja de Vanderlan Cardoso, críticos da PEC afirmam que a proposta foi articulada inicialmente durante a gestão de Roberto Campos Neto, na presidência do BC, e conta com forte apoio de entidades representativas do sistema financeiro, como a Federação Brasileira de Bancos e a Associação Brasileira de Bancos.

Fonte: cut.org.br/noticias